

Simpala Veículos S.A.		Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)																																																																														
<p>21. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 19.543, dividido em 12.042.614 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por pessoas físicas residentes no país, exceto pela parcela a integralizar no valor de R\$ 500, e 2.500.000 ações preferenciais nominativas de valor nominal de R\$ 3,00 (três) reais cada. Reservas de lucros: O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76. Reserva especial: A Companhia optou pela constituição de Reserva Especial no valor de 25% dos lucros após a constituição da reserva legal. Ações em tesouraria: As ações recompradas no curso do exercício são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado no patrimônio líquido como redutora da conta de capital.</p>																																																																																
<p>22. Receita operacional líquida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta</td> <td>109.756</td> <td>161.420</td> <td>168.686</td> <td>180.367</td> </tr> <tr> <td>Venda de veículos novos</td> <td>64.924</td> <td>94.180</td> <td>64.924</td> <td>94.180</td> </tr> <tr> <td>Venda de veículos seminovos</td> <td>28.560</td> <td>43.899</td> <td>28.560</td> <td>43.899</td> </tr> <tr> <td>Venda de peças e serviços</td> <td>16.272</td> <td>23.341</td> <td>16.272</td> <td>23.341</td> </tr> <tr> <td>Prestação serviços adm.de consórcios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>58.930</td> <td>18.947</td> </tr> <tr> <td>Deduções da receita bruta</td> <td>(2.343)</td> <td>(3.662)</td> <td>(2.343)</td> <td>(3.662)</td> </tr> <tr> <td>Impostos s/vendas</td> <td>(1.291)</td> <td>(1.967)</td> <td>(1.291)</td> <td>(1.967)</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>(154)</td> <td>(223)</td> <td>(154)</td> <td>(223)</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>(714)</td> <td>(1.028)</td> <td>(714)</td> <td>(1.028)</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>(260)</td> <td>(396)</td> <td>(260)</td> <td>(396)</td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>(163)</td> <td>(320)</td> <td>(163)</td> <td>(320)</td> </tr> <tr> <td>Devoluções de vendas</td> <td>(1.052)</td> <td>(1.695)</td> <td>(1.052)</td> <td>(1.695)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>107.413</td> <td>157.758</td> <td>166.343</td> <td>176.705</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2022	2021	2022	2021	Receita bruta	109.756	161.420	168.686	180.367	Venda de veículos novos	64.924	94.180	64.924	94.180	Venda de veículos seminovos	28.560	43.899	28.560	43.899	Venda de peças e serviços	16.272	23.341	16.272	23.341	Prestação serviços adm.de consórcios	-	-	58.930	18.947	Deduções da receita bruta	(2.343)	(3.662)	(2.343)	(3.662)	Impostos s/vendas	(1.291)	(1.967)	(1.291)	(1.967)	PIS	(154)	(223)	(154)	(223)	COFINS	(714)	(1.028)	(714)	(1.028)	ICMS	(260)	(396)	(260)	(396)	ISS	(163)	(320)	(163)	(320)	Devoluções de vendas	(1.052)	(1.695)	(1.052)	(1.695)		107.413	157.758	166.343	176.705
	Controladora		Consolidado																																																																													
	2022	2021	2022	2021																																																																												
Receita bruta	109.756	161.420	168.686	180.367																																																																												
Venda de veículos novos	64.924	94.180	64.924	94.180																																																																												
Venda de veículos seminovos	28.560	43.899	28.560	43.899																																																																												
Venda de peças e serviços	16.272	23.341	16.272	23.341																																																																												
Prestação serviços adm.de consórcios	-	-	58.930	18.947																																																																												
Deduções da receita bruta	(2.343)	(3.662)	(2.343)	(3.662)																																																																												
Impostos s/vendas	(1.291)	(1.967)	(1.291)	(1.967)																																																																												
PIS	(154)	(223)	(154)	(223)																																																																												
COFINS	(714)	(1.028)	(714)	(1.028)																																																																												
ICMS	(260)	(396)	(260)	(396)																																																																												
ISS	(163)	(320)	(163)	(320)																																																																												
Devoluções de vendas	(1.052)	(1.695)	(1.052)	(1.695)																																																																												
	107.413	157.758	166.343	176.705																																																																												
<p>23. Receitas e despesas financeiras, líquidas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>17</td> <td>48</td> <td>17</td> <td>48</td> </tr> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>3</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Juros recebidos</td> <td>511</td> <td>199</td> <td>519</td> <td>206</td> </tr> <tr> <td>Rendas financeiras</td> <td>531</td> <td>252</td> <td>539</td> <td>259</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(2.021)</td> <td>(887)</td> <td>(2.021)</td> <td>(887)</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos</td> <td>(626)</td> <td>(330)</td> <td>(626)</td> <td>(330)</td> </tr> <tr> <td>Despesas bancárias</td> <td>(343)</td> <td>(132)</td> <td>(343)</td> <td>(132)</td> </tr> <tr> <td>Descontos concedidos</td> <td>(2.625)</td> <td>(1.148)</td> <td>(2.625)</td> <td>(1.148)</td> </tr> <tr> <td>Juros s/ empréstimos bancários</td> <td>(5.615)</td> <td>(3.497)</td> <td>(5.615)</td> <td>(3.497)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(5.084)</td> <td>(3.245)</td> <td>(5.076)</td> <td>(3.238)</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2022	2021	2022	2021	Receitas financeiras	17	48	17	48	Descontos obtidos	3	5	3	5	Juros recebidos	511	199	519	206	Rendas financeiras	531	252	539	259	Despesas financeiras	(2.021)	(887)	(2.021)	(887)	Juros pagos	(626)	(330)	(626)	(330)	Despesas bancárias	(343)	(132)	(343)	(132)	Descontos concedidos	(2.625)	(1.148)	(2.625)	(1.148)	Juros s/ empréstimos bancários	(5.615)	(3.497)	(5.615)	(3.497)		(5.084)	(3.245)	(5.076)	(3.238)															
	Controladora		Consolidado																																																																													
	2022	2021	2022	2021																																																																												
Receitas financeiras	17	48	17	48																																																																												
Descontos obtidos	3	5	3	5																																																																												
Juros recebidos	511	199	519	206																																																																												
Rendas financeiras	531	252	539	259																																																																												
Despesas financeiras	(2.021)	(887)	(2.021)	(887)																																																																												
Juros pagos	(626)	(330)	(626)	(330)																																																																												
Despesas bancárias	(343)	(132)	(343)	(132)																																																																												
Descontos concedidos	(2.625)	(1.148)	(2.625)	(1.148)																																																																												
Juros s/ empréstimos bancários	(5.615)	(3.497)	(5.615)	(3.497)																																																																												
	(5.084)	(3.245)	(5.076)	(3.238)																																																																												
<p>24. Cobertura de seguros (não auditados): Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratada por valores condizentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.</p>																																																																																
<p>25. Julgamento Temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável às empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária. A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição. A Companhia ainda está avaliando junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadram na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possam decisão desfavorável no STF e os eventuais impactos que a referida decisão possa ter sobre as suas demonstrações financeiras.</p>																																																																																
<p>26. Eventos subsequentes: No dia 31/03/2023 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária, a qual teve como ordem do dia: a) alterar o endereço da sede com a consequente alteração do artigo 2º; b) alterar o artigo 3º que trata do objeto, tendo em vista o cancelamento da concessão junto a General Motors do Brasil Ltda; c) alterar a denominação social, com a consequente alteração do artigo 1º; d) alterar o artigo 8º que trata da composição da diretoria e Eleição da Diretoria em vista desta alteração; e) exclusão do artigo 10º que trata do impedimento ou ausências temporárias dos diretores; f) exclusão do artigo 11º que trata da vacância dos cargos da Diretoria; g) alteração do artigo 13º que trata das reuniões de diretoria e da convocação das mesmas; h) alteração do artigo 14º que trata dos poderes da Diretoria; i) alteração do artigo 16º que trata da instalação e presidência da Assembleia Geral; j) aprovar a consolidação do Estatuto Social.</p>																																																																																
Porto Alegre/RS, 31 de dezembro de 2022		LIZANE DEGRAZIA VIANNA - Diretora Presidente - CPF 764.627.900-59		VALDECIR DANQUIMAIA MACEDO - TC CRC/RS nº 68.974 - CPF 304.276.220-34																																																																												
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras																																																																																
<p>Aos Diretores e Acionistas da Simpala Veículos S.A. Porto Alegre – RS</p> <p>Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Simpala Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpala Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião com ressalva: Confirmações externas de saldos (controladora): Não foram recebidas a totalidade das respostas das solicitações de confirmações externas de saldos enviadas às instituições financeiras e assessores jurídicos da Companhia. Nesses termos, não foi possível confirmar os saldos registrados na contabilidade, relativos a estas operações, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Impostos e contribuições a recolher (consolidado): A companhia possui parcelamentos de impostos e contribuições reconhecidos no passivo, totalizando R\$ 8.292 mil. Não foi apropriado contabilmente a atualização com respectivos acréscimos legais incidentes sobre esses valores dos parcelamentos, cujos efeitos não quantificamos.</p> <p>Reconhecimento de receitas (consolidado): Conforme mencionado na Nota Explicativa "3.1.1", objetivando atender aos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a administradora alterou alguns procedimentos contábeis, mais especificamente quanto ao reconhecimento da taxa futura calculada sobre os consorciados contemplados a partir de 01.01.2022. Ocorre que o atendimento adequado à referida norma, no melhor entendimento ao CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, determina o critério de reconhecimento das receitas e todos os custos/despesas vinculadas a estas pelo regime de competência, quando as obrigações de performance forem plenamente cumpridas perante aos clientes, no caso da administradora, isso ocorre ao longo do tempo de administração dos grupos de consórcios. Caso a administradora de consórcios receba antecipadamente o pagamento pela taxa de administração sem a transferência do serviço, o valor recebido deverá ser contabilizado em um passivo contratual e baixado contra receita conforme a satisfação da obrigação de performance. Do contrário, satisfeita a obrigação de performance a ser recebida posteriormente, limitado ao direito executável pelo recebimento do desempenho concluído, a receita é reconhecida em contrapartida ao contas a receber. Portanto, os valores das taxas futuras não poderiam ser reconhecidos em sua totalidade no ativo da administradora, cujos efeitos representam R\$ 3.010 mil. Não quantificamos os efeitos das antecipações de taxas que foram realizadas para o pagamento de comissões e/ou para pagamento dos lances pelos consorciados que deveriam refletir uma obrigação no passivo da administradora.</p> <p>Custos de comissionamento (consolidado): Objetivando ainda atender aos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a administradora alterou alguns procedimentos contábeis, mais especificamente quanto ao reconhecimento das comissões devidas sobre as vendas a partir de 01.01.2022, a qual passou a ser diferida em conta de ativo e realizada ao resultado na mesma proporção das respectivas receitas com taxas de administração. Ocorre que parte dessas receitas já foram realizadas em decorrência de cessões de créditos e as respectivas comissões não foram realizadas ao resultado, representando um efeito de R\$ 751 mil a menor do resultado. Adicionalmente, existe um grande volume de cancelamentos e necessidade de reposição das quotas de consórcios, em torno de 45,90% no ano de 2022, sendo que o percentual equivalente não foi tratado pela administração a título de provisão sobre as comissões diferidas, deduzidas das eventuais penalizações impostas a esses consorciados, cujos efeitos não quantificamos.</p> <p>Provisão demais custos sobre cessões das taxas de administração (consolidado): Conforme indicado na Nota Explicativa "3.14.d", a administradora realizou antecipação de recursos futuros no montante de R\$ 36.298 mil, decorrentes de taxas futuras anteriores a 31 de dezembro de 2022, afetando seu resultado e cuja liquidação está condicionada ao recebimento das parcelas juntos aos consorciados contemplados e adimplentes, com vencimento até outubro de 2027. Ocorre que não foi reconhecida uma provisão para fazer frente aos demais custos e despesas relacionadas a essas receitas, tomando por base folha de salários, honorários, comunicações, aluguéis, despesas bancárias e processamento de dados, necessários para fazer frente a administração dos grupos de consórcios até o seu encerramento, cujos efeitos representam um passivo e despesa a menor em R\$ 718 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p>Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional: Conforme mencionado na nota explicativa "1" Contexto Operacional, no dia 30 de junho de 2023 através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Bens e Outras Avenças, a sociedade realizou a venda de bens para a Sponchiado Jardine Veículos Ltda. Sendo assim, as demonstrações financeiras não foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</p> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 02 de outubro de 2023.</p> <p>MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES PORTO ALEGRE S/S CRC-RS Nº 005867/O-2</p> <p>Cleber Leocadio Uchoa Floriano Contador CRC-PR Nº 064924/O-7S/RS</p>																																																																																

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play**

DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!